LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Melhorando

O vereador de Várzea, Luiz Ferreira da Silva, o Hulk (PTC), segue internado no Hospital Pitangueiras, em Jundiaí. O quadro, porém, é melhor. Já respira sem os aparelhos, começa a retomar a consciência e já reconheceu sua mulher. Mesmo assim, não há prazo para deixar o hospital. Por enquanto, sua vaga segue vazia na sessão da Câmara hoje, a primeira sem a sua presença.

Sessão em Jundiaí 1

Hoje também é dia de sessão ordinária da Câmara de Jundiaí. Em pauta, três projetos de lei, sendo dois com pareceres contrários da Comissão de Justiça e Redação, e moções.
O primeiro item a ser apreciado pelos vereadores, hoje, a partir das 18h, será o PL 11.476/2014, do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que altera a lei 1.919/72, para prever em placas toponímicas informações sobre a pessoa homenageada. O texto, contudo, teve o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação (CJR).

Sessão em Jundiaí 2

Também com parecer contrário, o PL 12.165/2017, do vereador Tucano Rafael Antonucci, prevê "botão de pânico" nos ônibus do serviço público de transporte coletivo. O único projeto considerado legal (PL 12.176/2017) é de autoria do vereador Antonio Carlos Albino (PSB). O texto trata de publicidade de dados de entidades privadas que recebam verbas públicas ou benefícios fiscais.

Sessão em Jundiaí 3

O vereador Wagner Ligabó (PPS) é autor de moção de apelo à vinda do programa "Acessa SUS" para a cidade. "É uma medida que deveria ter sido tomada há mais tempo. Muitas vezes, as medicações solicitadas são necessárias, bem como as próteses, mas, muitas vezes, também o médico faz a solicitação da medicação mais cara ou da marca registrada do remédio e não do seu similar ou genérico", comenta.

Em curso

Os assessores dos vereadores da Câmara de Jundiaí estão passando pelo Curso de Formação de Assessores Parlamentares. A iniciativa foi da Casa, numa forma de preparar melhor os profissionais que atuam na legislatura. Os facilitadores são os próprios servidores concursados da Câmara de Jundiaí.

Na internet

A campanha 'Rojão em Jundiaí não!', promovida pelo vereador Faouaz Taha (PSDB), nas redes sociais, com abaixo-assinado on-line, ultrapassa a marca de mil apoiadores. O apoio permite força ao projeto de lei que tramita na Câmara de Jundiaí em autoria conjunta dos vereadores Faouaz, Rafael Antonucci (PSDB), Paulo Sérgio Martins (PPS) e Leandro Palmarini (PV). O assunto ainda será tratado em audiência pública.

➤ NO DIA 15

Jundiaienses vão para Capital protestar contra governo Temer

No próximo dia 15, a Frente Brasil Popular, em parceria com Povo Sem Medo, sindicatos e entidades não-governamentais, realiza manifestação nas capitais contra o governo do presidente Michel Temer. De Jundiaí irão 150 pessoas para a mobilização em São Paulo. A ação local será definida no dia 10 e terá caráter informativo, acontecendo na semana do dia 15 ou na seguinte.

De acordo com o ex-vereador Paulo Malerba (PT), a participação popular é importante. "A orientação é de concentrar nas capitais. De Jundiaí partem 150 pessoas já confirmadas. Aqui, a ação será de informação - ou na semana do dia 15 ou na próxima. A definição acontecerá no 10, quando representantes da Frente Brasil Popular e Movimento Intersindical, na Associação dos Aposentados de Jundiaí", argumenta.

Até a semana passada, Jundiaí deveria ser sede da manifestação simultânea para combater as propostas do governo de Temer para revisão da Previdência e reforma trabalhista.

Segundo a proposta da reforma da Previdência, os trabalhadores precisam contribuir por 49 anos para conseguir aposentar na totalidade do benefício. Na comissão especial da Câmara que analisa a proposta, o relator do texto, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), pretende apresentar o parecer em que deverá propor alterações ao texto do governo no fim de março.

Ao aplicar uma regra comum a todos os segurados do INSS e servidores públicos, a reforma afeta os interesses de diversos grupos que hoje têm condições diferenciadas, como aposentados rurais, policiais, mulheres e professores. "As pessoas ainda não estão cientes do que vão perder", argumenta Malerba. (L.M.)

RUI CARLOS

SÃO PAULO Jundiaí enviará 150 manifestantes para a Capital, segundo Paulo Malerba

➤ MENOS CARGOS

Votada hoje, em sessão ordinária na Câmara de Várzea Paulista, reforma economizará R$ 40 milhões

Inspirada em Jundiaí, Várzea corta 150 cargos

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

A reforma administrativa da Prefeitura de Várzea Paulista está na Câmara daquela cidade para ser apreciada na sessão ordinária de hoje, a partir das 19h. O texto modifica a estrutura do Executivo Municipal e, assim como Jundiaí, se baseia em unidades de gestão. O novo modelo, mesmo criando novas pastas, reduz de 330 cargos para 180 vagas comissionadas, direcionadas para comando e chefia de departamentos. As modificações devem ultrapassar a economia de R$ 40 milhões nos quatro anos de gestão do prefeito Juvenal Rossi (PV).

O projeto, segundo o secretário de Governo e Comunicação, David Alexandre da Silva, que também integrou a comissão para a formatação do projeto, foi inspirado na reforma administrativa de Jundiaí, votada e aprovada na semana passada. "O conceito de Unidade de gestão é o que será utilizado. Extingui-se a Secretaria de Governo e Comunicação e se cria a unidade de Planejamento e Inovação, que tratará não somente da comunicação, como tecnologia da informação e projetos estratégicos", comenta.

Silva conta que outra modificação será na atual pasta de Educação, que ainda engloba Cultura e Esportes. "Haverá desmembramento e Cultura e Esportes se transformarão em uma unidade de gestão separada. A reforma cortará 43% dos cargos que eram disponíveis por legislação para a administração de Várzea Paulista. Poderíamos ocupar 330 cargos. Chegamos ao máximo de 240. Agora, teremos 180 disponíveis", detalha.

Em cifras, a lei ainda em vigor autorizava o Executivo de Várzea Paulista a gastar R$ 2 milhões/mês com cargos em comissão. Caso a reforma administrativa seja aprovada, o valor não ultrapassará R$ 1,8 milhão.

JORNAL DE JUNDIAÍ

UNIDADES Reforma administrativa de Várzea também usa modelos de unidades de gestão para delimitar cargos e funções

Conversas

O texto, segundo o presidente da Câmara de Vereadores, Silso das Neves (PRB), está sendo analisado há alguns dias. "O projeto foi protocolado e passa pelas comissões da Casa. Existem modificações que foram feitas e são boas. E outras que foram sugeridas pelos vereadores para ficar mais distribuída a administração. Esportes, por exemplo, poderia ser separado de Cultura", comenta. A tendência, segundo o presidente da Casa, é que o projeto seja aprovado, já que traz economia para os cofres públicos.

Falta

Fontes consultadas pela reportagem do Jornal de Jundiaí comentaram sobre a falta do vereador Luiz Ferreira da Silva, o Hulk, (PTC), na sessão de hoje, por conta do atentado sofrido na semana passada. Ele ainda está internado e não tem prazo para ter alta hospitalar. Com a ausência, o número de vereadores da Casa cai para 10. Segundo informações da assessoria de imprensa da Câmara de Várzea Paulista, ainda não foi acionado o suplente de Hulk.

➤ DILMA-TEMER

Ministro do TSE ouve mais delatores da Odebrecht

O ministro no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Herman Benjamin começou a ouvir nesta segunda (6) mais três ex-executivos da Odebrecht que firmaram acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal. Benjamin é relator da ação que pede a cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer da eleição de 2014.

Os ex-diretores Alexandrino Alencar e Cláudio Melo Filho, que tinham contato direto com políticos, e Hilberto Mascarenhas, ex-funcionário do setor de operações estruturadas, área de pagamentos ilícitos do grupo, começaram a ser ouvidos às 17h30 no TSE, em Brasília. Até as 20h, apenas a oitiva de Hilberto, que durou duas horas e meia, havia terminado.

Alencar e Melo Filho entraram pela garagem, no subsolo, para não serem vistos pelos jornalistas. Mascarenhas, o primeiro a chegar, seguiu pela portaria principal e usou uma pasta na tentativa de esconder o rosto. "Vai ser tudo bem", limitou-se a dizer sobre as expectativas para a oitiva.

Em sua proposta de delação, Melo Filho relatou que o presidente Temer atuou de forma "indireta" na arrecadação financeira do PMDB em 2014. Segundo o delator, Temer pediu R$ 10 milhões a Marcelo Odebrecht para a campanha eleitoral durante jantar no Palácio do Jaburu.

O vazamento do documento que continha a versão do ex-executivo foi o que provocou o ministro Benjamin a convocar os depoimentos de delatores da empreiteira.

"Após a chegada de Michel Temer, sentamos na varanda em cadeiras de couro preto, com estrutura de alumínio. No jantar, acredito que considerando a importância do PMDB e a condição de possuir o Vice-Presidente da República como presidente do referido partido político, Marcelo Odebrecht definiu que seria feito pagamento no valor de R$ 10 milhões", relatou Melo Filho em sua pré-delação.

Ele disse ainda que Temer incumbiu o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) de operacionalizar pagamentos de campanha.

O ministro, disse o ex-executivo, cuidou da distribuição de R$ 4 milhões daqueles R$ 10 milhões: "Foi ele o representante escolhido por Michel Temer -fato que demonstrava a confiança entre os dois-, que recebeu e endereçou os pagamentos realizados a pretexto de campanha solicitadas por Michel Temer. Este fato deixa claro seu peso político, principalmente quando observado pela ótica do valor do pagamento realizado, na ordem de R$ 4 milhões".

Marcelo Odebrecht, ex-presidente e herdeiro do grupo, o primeiro a ser ouvido no processo do TSE, na última terça (1º), disse que Temer não negociou diretamente valores para a campanha, mas tratou do assunto de forma genérica. Odebrecht também confirmou o jantar no Jaburu.

Compra de apoio

Apontado como um dos ex-executivos da Odebrecht mais ligados ao PT e também ao ex-presidente Lula, Alexandrino Alencar foi quem detalhou, na sua delação premiada, o suposto esquema de compra de apoio da maioria dos partidos da chapa de Dilma e Temer em 2014.

Ao todo, a Odebrecht desembolsou cerca de R$ 30 milhões para comprar sete legendas e aumentar o tempo da chapa na tevê.

Na quinta (2), Fernando Reis, outro ex-executivo do grupo, disse que atuou na "compra" de apoio do PDT. Ele relatou que a Odebrecht se comprometeu a dar apoio entre R$ 4 milhões e R$ 7 milhões, que foram pagos em parcelas de R$ 1 milhão. Naquele ano, a coligação de Dilma e Temer contou com apoio do PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB, além dos partidos da então candidata, o PT, e de seu vice, o PMDB. Hilberto, primeiro a depor nesta segunda, não tinha contato direto com políticos, mas era o responsável pelo setor que operacionalizava o pagamento de propina. Em delação, detalhou aos procuradores o modus operandi do setor. **(Folhapress)**